

**ENTREVISTA** **Ariovaldo Caodaglio** . Presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (Selur) e diretor da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP).

## “Ainda há muito o que se fazer”

Ariovaldo Caodaglio fala sobre a dificuldade dos municípios brasileiros em executar as novas normas de gerenciamento do lixo estipuladas pelo Governo Federal e oferece novos caminhos para o setor de limpeza urbana.

**1) Um estudo feito pelo Selur e pela ABLP apontou a evolução e os desafios na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Quais são esses desafios?**

Creio que há pelo menos alguns gargalos formidáveis: crônica falta de recursos dos orçamentos municipais; ausência de pessoal qualificado em resíduos sólidos nos municípios; o atraso na construção dos Planos de Gestão Integrada de RS; baixa ênfase em resíduos sólidos na educação ambiental; baixíssimo comprometimento da população com a cidade em que vive. Os desafios são a superação desses gargalos no prazo máximo de vinte anos – que é o previsto na PNRS.

**2) Foi vetada a lei que prorrogaria o prazo por mais quatro anos, até 2018, para o fim dos lixões. Que consequências esse veto pode trazer para o setor?**

Esse veto pode ser entendido como retrocesso. Sabemos que o Governo Federal editará medida com parcelamento de prazos em função da população dos municípios, com prazos menores para municípios mais populosos e maiores para os de menor população; esse cenário deverá ser estendido de 2017 a 2020. Fica a pergunta: por que o prazo anterior teve de ser mudado? Foram identificadas as causas que levaram à prorrogação? Quais as soluções adotadas para que o fim dos lixões realmente se concretize até 2020?

**3) Como as empresas do segmento têm se adequando à PNRS? Que mudanças têm sido feitas?**

O principal desafio dos municípios é a transformação de resíduos sólidos em rejeitos. Isto porque pelos objetivos até agora constantes no Plano de Metas (não publicado oficialmente e que está sendo revisto) aos aterros deverão ser dispostos apenas rejeitos – resíduos sólidos submetidos a todo tipo de tratamento econômica e tecnologicamente viável. Nas etapas do tratamento – desde não geração, redução, reaproveitamento, reciclagem, compostagem, utilização energética – é que estão as mais elevadas etapas no sentido de exigência de recursos para investimentos e recursos para custeio.

**4) Que ações do Governo Federal são esperadas para 2015 para que a PNRS possa sair do papel?**

Qualquer ação do Governo Federal que não enfrente as dificuldades dos municípios em implantar a PNRS, como falta de recursos para investimento e capacitação de pessoal, apenas postergará soluções para o futuro, seja lá quando isso acontecer. Estabelecer um marco regulatório para os resíduos sólidos foi um grande avanço; perseguir metas para torná-lo eficaz e eficiente exige mais do que o texto da lei contém.

**5) Em entrevista para a revista EmbaNews, em setembro deste ano, o senhor afirmou que o grande desafio para a evolução dos investimentos no gerenciamento da limpeza urbana é o baixo valor agregado aos resíduos sólidos. De que forma poderia ser atribuído mais valor à atividade?**

Referia-me ali à atividade de reciclagem. Não há como esperar que uma determinada cadeia de resí-



*“Deve-se discutir a estatização de serviços quando estes não são necessariamente de execução obrigatória pelo Estado. A ele cabe a responsabilidade pela saúde, pela educação. O Estado tem cumprido bem seu papel a ponto de tentar lançar-se em outros campos de atividade? A resposta é por demais óbvia.”*

**Ariovaldo Caodaglio**

duos prospere se estes não são oferecidos ao mercado de maneira eficiente, segura e constante. Nenhuma indústria que utilize papelão reciclado pode oferecer melhor preço para o produto se este não for separado de forma adequada, não ter contaminação e possuir oferta conhecida e esperada. Excetuada a cadeia das latas de alumínio, todas as demais são pulverizadas em termos de demanda. A instituição de melhor técnica de separação (primeiro nos domicílios e depois mecânica, por exemplo), a produção constante e a formação de estoques de rápido consumo levam à produção de contratos de compra a preços que certamente valorizarão essa cadeia.

**6) A cobrança de uma tarifa municipal específica para a limpeza urbana também seria um caminho?**

Noventa por cento dos municípios brasileiros fazem o custeio (e praticamente só ele) através de recursos do orçamento público. Este, por sua vez, excluídas as hipóteses de má gestão, gestão fraudulenta ou mesmo gestão ineficaz, estão comprometidos com verbas destinadas à educação, saúde, folha de pagamento, custeio das câmaras municipais e etc. Parte do que sobra é utilizado nos serviços de manejo de resíduos. Os 10% restantes cobram algum tipo de tributo, sendo que 70% deles se quer custeie os serviços. Há que ser instituído instrumento de cobrança pela prestação desses serviços. Mas lembre-se que o gerador (município) é o principal

protagonista da PNRS e estamos falando de resíduos sólidos que provocam impactos ambientais, na saúde pública e na qualidade de vida dos cidadãos. A população está cansada de pagar tributos principalmente pela pouca transparência nas aplicações e, também, pela ocorrência de desvios tão noticiados na mídia. Como obter sua aprovação para a criação de um tributo sem que se dê a ele conhecimento e informação total sobre os problemas que os resíduos sólidos representam?

**7) Quais as vantagens da criação de consórcios públicos? Em que situação a solução é mais viável?**

O país tem 5.560 municípios e a atividade de limpeza urbana é dependente de geração de escala para redução de custos. Não há que falar em 5.560 aterros, por exemplo. As melhores condições dependem de cada região e há diferenças entre as regiões geográficas brasileiras na questão da implantação de consórcios. O ideal seriam consórcios de três a 10 municípios, com seus centros urbanos não distantes entre si mais que 50 km e com populações somadas em torno de 150.000 habitantes ou mais. Há economia de investimentos e de custeio, que são rateados entre os consorciados.

**8) No município de Varginha, Sul de Minas, foi aprovada uma lei permitindo que a Copasa se torne a responsável pelo aterro sanitário da cidade. Que análise o senhor faz da entrada de uma empresa pública em um já mercado consolidado por empresas especializadas no setor?**

Há possibilidade de entes públicos firmarem entre si contratos de programa, que dispensam licitações. Entretanto, não devem ser tratados como solução miraculosa em que tanto a técnica e a tecnologia, como o preço serão necessariamente melhores do que aqueles oferecidos pelo mercado. Discute-se muito a privatização, geralmente de forma acalorada e cheia de vieses passionais. Por outro lado, deve-se discutir a estatização de serviços quando estes não são necessariamente de execução obrigatória pelo Estado, que não tem competência nem expertise para isso, invadindo a seara privada e atribuindo-se papel que não possui. Ao Estado cabe a responsabilidade pela saúde, pela educação, pelo transporte, pela segurança do cidadão. Pergunte-se: tem o Estado cumprido bem seu papel nessas atividades que lhe são essenciais a ponto de tentar lançar-se em outros campos de atividade? A resposta é por demais óbvia.

**9) Quais as previsões do mercado para o setor em 2015?**

A grande expectativa é que existam ações concretas para que a PNRS seja implementada ou passe a sê-lo. Como já afirmo anteriormente, há espaços extremamente auspiciosos nas atividades de produção de rejeitos, ou seja, em tudo que for necessário para o tratamento de resíduos. As perspectivas são da necessidade de aportes de recursos imediatos, com investimentos através de editais de concessões e de Parcerias Público Privadas (PPP). Há muito que se fazer! O mercado é suficientemente grande e multifacetado e há espaços para empresas de todos os portes, desde que adequadas aos princípios da livre concorrência, do compromisso para com os cidadãos e para com seus trabalhadores, trabalhando a preços justos e compatíveis com cada realidade tão diferenciada dentro do cenário nacional.



### ENTREVISTA

Presidente do Selur e diretor da ABLP, Ariovaldo Caodaglio fala sobre dificuldade dos municípios brasileiros em se adequar à política de resíduos sólidos e sobre novos caminhos para o setor. [Página 4](#)

### INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Mercado e sindicato apresentam irregularidades na entrada da Copasa na gestão de resíduos sólidos, durante audiência pública em Varginha. [Página 3](#)



Que a reflexão do Natal e a expectativa do ano novo possam nos motivar a plantar novos projetos, regar ideias já consolidadas e colher momentos de muito sucesso em 2015.

Feliz Natal e Boas Festas!



## EDITORIAL

## Novos desafios

Final de ano é época de avaliar o período vivido nos últimos 12 meses e demonstrar a nossa gratidão por tudo que recebemos e aprendemos. Para começar esse balanço, nós, do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais, expressamos um sincero agradecimento a todos que caminharam conosco. Primeiramente aos nossos associados, coração da entidade, que investem no setor, valorizam o nosso negócio e trabalham para fortalecer o associativismo. Também aos parceiros que contribuíram manifestando opiniões, avaliando com críticas e nos encorajando para a continuidade de nosso trabalho. E à equipe do SindiLurb, que concentra seus esforços para estreitar ainda mais o laço entre empresas e sindicato. Que neste ano que está por vir possamos planejar e assumir novos propósitos, investindo no que pode ser melhor e mudando o que pode ser mudado.

O ano de 2014 foi decisivo para nosso segmento. Seria o ano limite para que todos os municípios brasileiros se adequassem às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas menos da metade cumpriu a meta principal de criar aterros sanitários para a disposição final correta do lixo urbano. Nesta edição, temos uma entrevista esclarecedora sobre essa dificuldade dos municípios de entrar em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010.

Outro assunto polêmico que vivenciamos é a ingerência do Governo de Minas Gerais no setor. Ao ampliar as competências da Copasa para atuar na área, o governo estadual permitiu que a estatal também possa gerenciar a disposição final dos resíduos sólidos nos municípios do estado. Questão que muito nos preocupa e à qual estamos lutando contra, inclusive, com o respaldo de diversas entidades parceiras.

Por fim, nesta página prestamos uma homenagem ao nosso grande amigo e parceiro Walter Carlos da Silva, falecido inesperadamente no finalzinho de outubro - dia 31. Este é nosso primeiro informativo marcado pela ausência de suas ricas contribuições. Por isso, Walter continua vivo aqui, por meio de sua história.

**Desejamos a todos um Ano Novo repleto de paz, realizações e novas conquistas.**

**Boa leitura e até a próxima edição!**

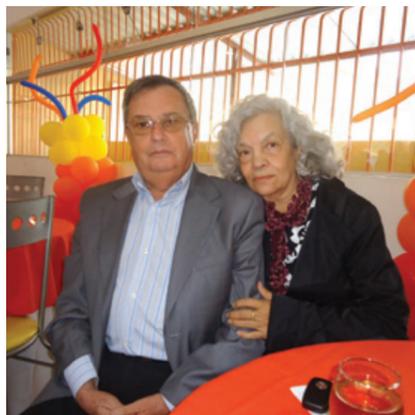


Marcos Vinícius Rocha Savoi, presidente

EXPEDIENTE  
**SINDILURB NOTÍCIAS**  
DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS - SINDILURB/MG  
TRIÊNIO DE 2014/2017  
PRESIDENTE: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI  
VICE-PRESIDENTE: HÁBIB ABDO DIB  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: WALTER CARLOS DA SILVA  
DIRETOR DE EXPANSÃO E MERCADO: RENATO FERREIRA MALTA  
DIRETOR DE RELAÇÕES TRABALHISTAS: JANILTON SANTOS MACHADO  
DIRETOR TÉCNICO: GILSON ALMEIDA VILELA  
DIRETOR ADJUNTO: ANDRÉ LUIS PEREIRA GOMES E ROBSON GERALDO DE FIGUEIREDO  
CONSELHO FISCAL: WILLY MARTINS CARNEIRO JUNIOR, HELY COSTA LAGES E ARTHUR ALVES DE BRITO  
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: LUIZ FELIPE FERREIRA PROCÓPIO, FLAVIO NOGUEIRA PINTO E ROGERIO MALTA  
DELEGADO EFETIVO JUNTO A FIEMG: MAURICIO SIGAUD FERREIRA  
DELEGADO SUPLENTE JUNTO A FIEMG: JEFERSON PASCOAL ROCHA  
TIRAGEM DO INFORMATIVO: 1000 EXEMPLARES  
PROJETO EDITORIAL: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA  
REDAÇÃO: CAROLINA LISBOA

## Homenagem a um grande representante do setor

Apassionado pelo trabalho e pela família, Walter deixa um legado de sabedoria e ética a todos que conviveram com ele



Walter e a esposa Maria da Aparecida

Engenheiro, empresário, consultor e pai de família. Walter Carlos da Silva exerceu durante sua trajetória muitas funções e cargos diferentes. Entre seus grandes êxitos profissionais, a criação de uma das maiores empresas de construção civil. No âmbito familiar, criou com dignidade e dedicação irrestrita sete filhos ao lado de sua esposa, Maria Aparecida. “Mesmo morando em Montes Claros, a gente se falava praticamente todos os dias. Meu pai era muito preocupado comigo, com os meus irmãos e com minha mãe, era muito atencioso e amigo de todos”, conta seu filho Rodrigo.

Nascido na cidade de Pratinha, próximo ao Triângulo Mineiro, em maio de 1940, Walter teve uma infância tranquila na cidade histórica de Araxá, de onde saiu para cursar o ensino médio. Em 1976 se formou em Engenharia Civil e logo após atuou como coordenador Regional do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), em Januária e Montes Claros, Norte de Minas. Em 1988 fundou, em Belo Horizonte, a CSD Engenharia e Comércio Ltda. Com muito trabalho e esforço levou a empresa, no início dos anos 1990, a figurar entre as 500 maiores do Brasil no ramo de construção civil. Segundo Rodrigo, Walter era um apaixonado pela profissão e tinha o espírito pioneiro. “Quando teve a ideia de levar as empresas de construção civil para o ramo da limpeza urbana, poucos acreditaram que iria dar certo. Hoje, é exatamente isso o que aconteceu. Ele olhava muito para o futuro, sempre procurando alternativas, era muito inteligente e gostava do que fazia”, ressalta.

Em 2009 Walter passou a atuar exclusivamente como consultor no ramo de limpeza urbana. Prestava consultoria para as maiores empresas do setor no Brasil, destacando-se também como diretor administrativo-financeiro do SindiLurb. O presidente Marcos Savoi considerava Walter seu braço direito, sendo uma pessoa muito atuante no sindicato. “Um amigo pessoal que conquistei no trabalho. Uma das pessoas mais éticas e sensíveis que conheci, que com seu equilíbrio ajudava em todas as decisões do sindicato. E por isso é lem-



Com as netas Ana Carolina e Isabela Rocha

brado sempre por nós. Uma perda irreparável para a nossa diretoria, para o mercado e para a família”, lamenta Marcos.

Mesmo sendo um homem preocupado com a saúde, sem vícios e praticante de atividade física, no dia 31 de outubro Walter faleceu em consequência de um infarto. “Meu pai nunca teve nada no coração. Foi uma surpresa! Mas sempre nos lembraremos dele como uma pessoa que acima de tudo respeitava a todos, correto, companheiro, leal e humilde”, afirma Rodrigo.



Momento família. Com o filho Luiz Gustavo, as netas Ana Carolina e Isabela, a esposa Maria da Aparecida, e os filhos Eduardo e Cristiano

O engenheiro Walter Carlos da Silva residia em Belo Horizonte. Era casado com Maria da Aparecida Barros da Silva, com quem teve sete filhos: Cláudia, Rodrigo, Marco Paulo, Ana Márcia, Cristiano, Luiz Gustavo e Eduardo. Deixou, ainda, sete netos: Bruno, Lucas, Clara, Ana Carolina, Isabela Rocha, Maria Amélia e Isabela Silva.

## INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

### Mercado aponta irregularidades sobre entrada da Copasa na gestão de resíduos sólidos

Tribunal de Contas do Estado pediu esclarecimentos à Prefeitura de Varginha

As empresas de limpeza urbana que atuam em Varginha, no Sul de Minas, puderam finalmente ser ouvidas durante audiência pública que discutiu a entrega da gestão do aterro sanitário municipal à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). A reunião, realizada no dia 24 de novembro, é uma exigência legal para que a Administração Municipal possa assinar contrato de programa com a estatal. A população foi pouco representada, com cerca de 40 varginhenses presentes na pequena sala disponibilizada pela Prefeitura. Já pelo setor de limpeza urbana, estiveram presentes o presidente do SindiLurb Marcos Savoi e os diretores da empresa Vina, Renato Malta, e da Serquip, Gilson Almeida Vilela. Vereadores e Ministério Público (MP) não compareceram à audiência.

Durante a reunião os representantes do setor buscaram esclarecimentos sobre a escolha da Copasa para gerenciar o aterro de Varginha, tendo em vista a falta de experiência da Estatal para atuar num setor onde já existem empresas consolidadas na iniciativa privada. Minas Gerais conta atualmente com mais de 40 empresas preparadas para suprir o mercado de limpeza urbana em perfeita sintonia com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). “Não há justificativa plausível para que a Copasa assumia uma atividade já plenamente atendida pelo setor privado”, analisa Marcos Savoi.

O ponto mais polêmico da audiência, segundo Renato Malta, o preço apresentado pela Estatal. Pelo contrato, a Copasa oferece um custo de R\$ 73, 37 por tonelada de lixo a ser recebida no aterro sanitário. Já as empresas fizeram uma proposta, protocolada junto o MP, de R\$ 64,79. Quase R\$ 10 a menos. Comparando os valores, seria uma economia de R\$ 5 milhões ao longo do contrato, que seria de 16 anos, e de 300 mil por ano. “Se por um lado a prefeitura espera que a Copasa vai trazer mais segurança ao município, devido ao seu tamanho, por outro o que ocorre hoje uma grande tendência de terceirização do serviço por parte da Estatal”, afirma Renato.

Diante do que vem acontecendo, Varginha poderá ser a primeira cidade a ter um aterro sanitário administrado pela Copasa. Mas os meios usados para que isso aconteça estão obscuros. O programa de contrato exclui a exigência de uma licitação, processo democrático que daria às empresas as mesmas chances de atuar no município por concorrência de preços. Além disso, há uma regulamentação que exige que aterros sanitários devam estar, no mínimo, a 20 km de distância dos aeroportos. De acordo com Renato, o aterro municipal fica 11,5 km do aeroporto de Varginha e a 18,5 km do de Três Pontas. Ou seja, é necessário que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) libere o funcionamento do aterro. “A Anac não se manifestou até o momento. Então, corre-se o risco de ter um contrato caro com a Copasa e um aterro pronto para funcionar, mas impossibilitado, gerando um prejuízo ainda maior para a cidade e moradores”, alerta.

Outra questão relevante foi levantada. Minas Gerais vive um momento de transição de política e, segundo Renato, o governo que



Varginha, no Sul de Minas, poderá ser a primeira cidade a ter um aterro sanitário administrado pela Copasa no estado



Renato Malta afirma que contrato pode trazer prejuízos para o município e seus moradores

está prestes a assumir o Estado ainda não foi consultado sobre o interesse de ter a Copasa gerenciando aterros sanitários. “Sinceramente, é temeroso o empenho da Prefeitura de Varginha em assinar esse contrato com tantos riscos para o município”, ressalta.

**Desdobramentos.** Uma representação foi feita junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais pelo SindiLurb alertando as irregularidades e pedindo a suspensão do processo. Segundo o advogado Dr. Moacyr Macedo Castro, que representa o sindicato, o pedido está sendo analisado pelo conselheiro José Viana. “O relator já solicitou esclarecimentos à Pre-



Hely Lages alerta sobre perigo de a Copasa ter plena autonomia na gestão do aterro

feitura de Varginha e, inclusive, sugeriu que o processo de assinatura do contrato fosse suspenso até análise”, esclarece o advogado. Também já foi feita uma representação junto ao Ministério Público de Varginha há cerca de um ano.

De acordo com o conselheiro do SindiLurb, Hely Lages, a proposta de contrato enviado pela Copasa e aprovada por Prefeitura e Câmara daria plena autonomia à estatal. “Ela exige ‘independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira’. Ou seja, darão à Copasa a gestão integral do processo, pois não há critério claro de atualização de preços das tarifas”.

## Um negócio de contradições

Varginha não possui um Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado. Também não há no processo encaminhado à Câmara Municipal uma planilha de preços detalhada que justifique o valor de operação do aterro sanitário proposto pela Copasa. A lei municipal que amplia os serviços da Estatal em Varginha foi aprovada em 2013, mas só agora a população foi chamada a participar desta audiência pública. Cidadãos e empresas do mercado não puderam se manifestar em todas as fases do processo. Além disso, a Copasa seria responsável apenas pela gestão final do lixo. O que acarretará a necessidade da Prefeitura contratar outra empresa responsável apenas pela limpeza urbana, onerando ainda mais os cofres públicos.

O principal questionamento do SindiLurb é se a Copasa está preparada para atuar num setor onde não tem experiência e também o que levou a Prefeitura de Varginha a propor essa mudança. Para o morador da cidade, vale questionar se o serviço para o qual a Copasa está apta a desempenhar, no caso o tratamento de água e esgoto na cidade, é prestado com excelência em todo município. Se é questionável a qualidade do trabalho realizado pela Copasa atualmente, imagina como ficará se a estatal assumir a gestão do aterro na cidade?